

Quem escreve pela deficiência no pensamento social brasileiro?

Fagner Carniel¹

Anahí Guedes de Mello²

Resumo: Quais são as gramáticas que favorecem a compreensão da deficiência no pensamento social brasileiro? Neste artigo, organizado em torno de um amplo processo de revisão bibliográfica, discute-se alguns dos itinerários que possibilitaram a recente postulação desta categoria como um marcador social relevante para a compreensão das múltiplas camadas de desigualdade e opressão que constituem o tecido social em que vivemos. Por fim, argumenta-se que tal aproximação entre teoria social e deficiência detém o potencial de ensejar projetos de futuro mais acessíveis e inclusivos a todas as pessoas.

Palavras-chave: Estudos da Deficiência. Modelo Social da Deficiência. Pensamento Social Brasileiro. Teoria Social. Sociologia.

Who writes for disability in Brazilian Social Theory?

Abstract: *What are the grammars that support the understanding of disability in Brazilian Social Theory? This article, organized around a wide bibliographic review process, discusses some of the itineraries that enabled the recent postulation of this category as a relevant social marker for understanding the multiple layers of inequality and oppression that constitute the social fabric in which we live. Finally, it is argued that such an approximation between social theory and disability holds the potential to provide future projects that are more accessible and inclusive for all people.*

Keywords: *Disability Studies. Social Model of Disability. Brazilian Thought. Social Theory. Sociology.*

¿Quién escribe por la discapacidad en el pensamiento social brasileño?

Resumen: ¿Cuáles son las gramáticas que favorecen la comprensión de la discapacidad en el pensamiento social brasileño? En este artículo, organizado en torno a un amplio proceso de revisión bibliográfica, se analizan algunos de los itinerarios que posibilitaron la postulación reciente de esta categoría como un marcador social relevante para comprender las múltiples dimensiones de la desigualdad y opresión que constituyen el tejido social en el que vivimos. Finalmente, argumentamos que tal aproximación entre la teoría social y la discapacidad tiene el potencial de crear proyectos futuros más accesibles e inclusivos para todas las personas.

Palabras clave: Estudios de la Discapacidad. Modelo social de la Discapacidad. Pensamiento Social Brasileño. Teoría Social. Sociología.

1 Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Maringá – Brasil - fagnercarniel@yahoo.com.br – Orcid – <https://orcid.org/0000-0002-7453-1993>

2 Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – Brasília – Brasil – a.mello@anis.org.br – Orcid – <https://orcid.org/0000-0002-5536-7171>

INTRODUÇÃO

As relações entre deficiência e pensamento social possuem uma longa e controversa tradição nos circuitos intelectuais brasileiros. Um dos personagens mais ilustres nessa história de aproximações e de apagamentos provavelmente foi Afonso Henriques de Lima Barreto. Neto de escravos e nascido em 1881, em uma família de classe média alfabetizada, na cidade do Rio de Janeiro, o jornalista e escritor carioca se notabilizou por sua extensa e rica obra literária. Por meio dela, nunca deixou de denunciar o que Lilia Moritz Schwarcz (2017: 26) já denominou como “as mazelas da escravidão no Brasil, os mecanismos de humilhação, bem como as diversas formas de racismo por aqui vigentes”.

Naquele contexto, marcado por discursos deterministas e higienistas acerca da mestiçagem, a ideia de raça sustentou assimetrias, hierarquias, relações de mando e de submissão que naturalizaram diferenças sociais e legitimaram a manutenção de um sistema de poder capacitista, paternalista e racista que estruturaria no país os contornos de sociedade desigual, excludente e violenta em que vivemos. Em particular, começava a se solidificar uma aliança perversa entre a ideologia do branqueamento e a da degenerescência, que produziria diferentes práticas e visões eugênicas ao longo de todo o século XX e cujos desdobramentos ainda assolam nossas coletividades.

Lima Barreto experimentou na família e na própria pele as consequências das supostas determinações hereditárias que lhes foram socialmente impostas. Sua mãe, Amália Augusta, faleceu de tuberculose em 1887, quando ele tinha apenas 6 anos de idade. Em março de 1890, seu pai, João Henriques de Lima Barreto, que sofrera de surtos psicóticos há quase uma década, reuniu a família, deixou seu prestigiado trabalho como tipógrafo e mudou-se para se tornar administrador das Colônias de Alienados na Ilha do Governador. Ainda menino, Lima Barreto viveu a maior parte de seu tempo junto aos internos daquele manicômio, onde começaria a ver de perto as relações obscenas entre raça, pobreza e deficiência que se estabeleceram no Brasil³.

O que esses breves traços da biografia de Lima Barreto hoje nos ensinam é que a loucura, enquanto deficiência psicossocial (Mello, 2014), opera como um marcador de desigualdades e de diferença que se entrelaçam em múltiplos mecanismos de opressão. Contudo, sua história também pode nos ensinar outras coisas. Aprendemos a compreender que pessoas “deficientizadas” por sua condição corporal, intelectual ou sensorial sempre estiveram por aí, antes dele, depois dele, produzindo, pensando, participando. E ainda que algumas dessas produções possam ter sido valorizadas, suas trajetórias pessoais foram sistematicamente invalidadas, incapacitadas, degeneradas, aleijadas, alienadas ou, como propõe Cristina Lobo (2008), invisibilizadas ou alijadas em nossa memória coletiva por meio da construção de sua “infâmia”.

Histórias como a de Lima Barreto, e de tantas outras pessoas que apesar de tudo conseguiram ocupar a cena pública em nosso país, revelam-se paradigmáticas desse processo de fabricação social de toda sorte de ignorâncias em relação à circulação das experiências, das ideias, das realizações e das perspectivas de pessoas representadas pelo signo da *deficiência* no Brasil. São histórias que denotam o tipo de normalidade que se estabeleceu de maneira hegemônica entre nós, configurando projetos societários que se declararam “perfeitamente perfeitos” e que “deveriam” ser perseguidos contra qualquer “anormalidade”. Essa concepção de normalidade provavelmente também está na raiz das dificuldades que temos para reconhecer as profundas intersecções entre os processos de racialização, de generificação e de deficientização.

3 Ao longo de sua vida, Lima Barreto foi internado duas vezes no Hospício Nacional dos Alienados, com sede no Rio de Janeiro, por seus supostos “delírios alcóolicos”. Em *Diário do Hospício e O Cemitério dos Vivos*, obras inacabadas publicadas postumamente em volume único em 2010 pela editora Cosac Naify, o escritor satiriza suas experiências com a loucura como uma forma de denúncia do então emergente movimento eugênico que se deflagrou na psiquiatria brasileira nos princípios do século XX, sob o argumento da “purificação da raça”.

Ao menos, desde meados de 1970, os estudos sobre deficiência (*Disability Studies*) vêm despontando como um território acadêmico interdisciplinar de investigação a respeito do fenômeno social da deficiência a partir do uso de metodologias e ferramentas analíticas das teorias sociais. Atualmente, são vários os programas de graduação e pós-graduação que já esboçam essa proposta em muitos países do “Norte Global”, desde as mais variadas linhas teóricas, mas ainda não têm significativa presença nas Ciências Sociais brasileiras, em especial no campo da Sociologia. Diante deste cenário, que tipo de compromissos e sensibilidades precisaríamos começar a cultivar para conseguir reatar os fios que compõem o tecido de nossa humanidade?

Neste artigo, que inaugura na *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, o dossiê *Sociologias da Deficiência* organizado por nós, estruturado em torno de um amplo processo de revisão bibliográfica⁴, discute-se alguns dos itinerários que possibilitam a postulação da deficiência enquanto uma categoria simultaneamente política, existencial e analítica. Em uma leitura retrospectiva das transformações acadêmicas que permitiram, na cena nacional, certos afastamentos heurísticos em relação aos modelos biomédicos e a aproximação com o campo discursivo dos *Disability Studies*, sugere-se que as múltiplas sociologias da deficiência formuladas, ao longo das últimas décadas, contribuíram para pluralizar e politizar o modo pelo qual compreendemos o social, bem como para criar novas alianças que nos possibilitem rearticular interpretações do país e formular projetos de futuro mais acessíveis e inclusivos para todas as pessoas.

Gramáticas da deficiência no Brasil oitocentista

Ao longo do século XIX, na passagem do primeiro para o segundo reinado português no Brasil, certas concepções, que influenciariam decisivamente a configuração moderna de uma noção biomédica para a deficiência, foram sendo progressivamente incorporadas ao vocabulário das novas elites urbanas que se formaram no país. Ideais de “civildade”, “filantropia” e “instrução”, tão corriqueiros para quem podia abrir o *Jornal do Comércio* por volta de 1850⁵, são apenas uma expressão provável do fascínio exercido pelas propostas ilustradas de controle e reabilitação de pessoas, até então consideradas simplesmente como “anormais” (Foucault, 2001), sobre o imaginário civilizatório daquela sociedade de corte que se instalou no Rio de Janeiro. Desse modo, uma promessa de “progresso” societário se desenharia no horizonte político e intelectual das elites emergentes da época, a partir da importação de saberes científicos emergentes sobre o higienismo, que estiveram associados ao desejo de “normalização” e de “correção” de corpos individuais.

Tais discursos oitocentistas que cruzaram o Atlântico em direção ao Sul colonial rotinizar-se-iam entre nós enquanto “saberes universais” acerca dos múltiplos “tipos” de deficiência ou de enfermidades catalogadas pela medicina europeia então dominante, em especial a psiquiatria. Legitimados, sobretudo, pelos desenvolvimentos científicos apresentados em circuitos intelectuais parisienses e londrinos, prestigiados pelas elites brasileiras do período (Bresciani, 1982), esses saberes arrogariam para si a tarefa de orientar qualquer prática localizada de agenciamento ou tratamento de sujeitos que até aquele momento eram concebidos como “amaldiçoados”, “defeituosos”, “degenerados”, “grotescos”, “idiotas”, “improdutivos”, “impuros”, “incorrigíveis”, “monstruosos” ou mesmo

4 Em especial vinda de boa parte sobre os “antecedentes do modelo social da deficiência no Brasil” em Mello, Nuernberg e Block (2014) e Mello, Block e Nuernberg (2016).

5 Em circulação na cidade do Rio de Janeiro desde 1827, o *Jornal do Comércio* foi um dos principais veículos de imprensa do período e notabilizou-se por apresentar informações econômicas, análises políticas conservadoras e notícias diversas do país e do exterior (Sodré, 1966).

“perigosos” (Lobo, 2008).

Tratou-se, portanto, de uma tentativa sistemática de rompimento com sistemas de crenças, práticas e valores religiosos a respeito do corpo humano, e de valorização de técnicas, de racionalidades e de intervenções que pretendiam unificar e tornar inteligíveis todo o espectro das ditas “anormalidades” que estariam supostamente “dificultando” o progresso moral e societário que se almejava para o país. Um movimento que acabaria consolidando no Brasil aquilo que Lennard J. Davis (1995) já chamou de “o século dos asilos”, em referência aos dispositivos de biopoder inventados na Inglaterra vitoriana e progressivamente disseminados como mecanismos de poder pelo mundo colonial para administrar e normalizar a vida das populações socialmente classificadas pelos “modernos” saberes médicos, terapêuticos e psiquiátricos (Carpenter, 2010).

Assim, enquanto o capitalismo industrial se consolidava nos países centrais da Europa Ocidental (Thompson, 1987) e as sociedades coloniais que haviam se estabelecido nas Américas vivenciavam profundas transformações em suas estruturas sociais, a partir da ascensão de ideais republicanos e abolicionistas (Carvalho, 1987), a obsessão do pensamento moderno pela “normalidade” colocou ênfase no corpo como meio de produção da vida e na produtividade como o caminho privilegiado para a cidadania pretendida para os diferentes projetos nacionais em disputa. Nesse sentido, *ser* “defeituoso”, “aleijado” ou “alienado” tornou-se um valor mais “triste” ou “trágico” do que “exótico”, “assustador” ou “engraçado”. Afinal, caso uma pessoa fosse considerada “incapaz”, ou deixasse de apresentar as “capacidades corporais e intelectuais” esperadas para se integrar ao modo “médio” de interação social, ela experimentaria o rebaixamento de seu status social e seria identificada como um “problema a ser corrigido” pela nação (Machado *et al.*, 1978).

As diferentes figurações da “desordem” representada por certos indivíduos ou comportamentos que transgrediam os ideais corponormativos capacitistas e racistas de um “corpo típico da espécie” (Campbell, 2009) parecem ter configurado um fundo cultural “arcaico” contra o qual determinadas instituições seriam criadas e certas práticas científicas seriam mobilizadas em nosso território. Portanto, ambientado pela crescente influência do positivismo (Bosi, 2004) e, posteriormente, por projetos eugênicos de medicalização e higienização social (Schwarcz, 1993), também no Brasil o século XIX notabilizou-se por meio da construção de estabelecimentos para o tratamento de pessoas consideradas “defeituosas”, “aleijadas” ou “alienadas”. Com esse espírito, que ambicionou construir a “bondade” enquanto uma instituição pública, foram inaugurados no Rio de Janeiro, em 1852, o Hospício Nacional de Alienados; em 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos; e em 1856, o Instituto dos Surdos-Mudos. Destinados a abrigar diferentes “tipos” humanos deficientizados pelo discurso médico-psiquiátrico vigente, esses espaços ajudariam a instaurar práticas bioclínicas que, por sua vez, produziriam novos saberes biopolíticos e redefiniriam os modos hegemônicos pelos quais tais sujeitos passariam a ser conduzidos e pensados.

O próprio surgimento do higienismo representou a primeira abordagem da deficiência no Brasil, quando Lilia Schwarcz (1993) vai mostrando, em “O espetáculo das raças”, como a ideia de raça era vista como ameaça e fonte de “debilidade mental”, iniciando-se, a partir daí, a questão da “higiene mental”, que inaugura a abordagem médica da deficiência no Brasil.

De fato, o mito da purificação racial, que marcou o pensamento social brasileiro no início do século XIX, esteve associado à ideia eugênica de “inteligência”, porquanto as raças “superiores” eram consideradas “inteligentes”; as raças “inferiores”, “retardadas”. Desse modo, a miscigenação mobilizou a categoria “degeneração”, em que o negro é visto como uma “raça degenerada”; o branco, uma “raça pura”. Nossa herança escravagista e colonial brasileira também dá exemplos dessa interseção entre raça e deficiência, a partir dos registros históricos sobre a “capacidade física e mental” das pessoas negras, como transcrevemos na íntegra⁶, em duas partes:

⁶ Ofícios do Chefe de Polícia para o Presidente da Província de Santa Catarina (1833/1870). In.: Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Administração, Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina/Arquivo Público Gerência de Recuperação Documental, Supervisão de Arquivo Permanente, Biblioteca de Apoio e Pesquisa.

“23. Ofício de Severo Amorim do Valle, Chefe de Polícia, para João Carlos Pardal, Presidente da Província, informando que antes de mandar pôr em execução a pena de açoites de um escravo preso, mandou fazer um **exame de sanidade**⁷ no mesmo, pois ouvira falar que ele era **alucinado**⁸. Desterro, 15 de agosto de 1839.”

“24. Ofício de Severo Amorim do Valle, Chefe de Polícia e Juiz de Direito, para João Carlos Pardal, Presidente da Província, informando que foi feito o exame no escravo preso e que este realmente tem **deficiência mental**⁹, mas mesmo assim, vai receber algum castigo para outros pretos não se fingirem de **alienados mentais**¹⁰. Desterro, 19 de agosto de 1839.”

Esses dados históricos mostram a “deficientização da raça”, em que a ideia de “retardamento mental” mobiliza a categoria deficiência e a relaciona à raça, sugerindo que a miscigenação entre as raças “superiores” e “inferiores” deve ser evitada para não haver um “emburrecimento” de populações humanas.

Assim, foram lançadas no Brasil as bases para a formulação de um sistema de práticas científicas que construiriam uma noção particular e especializada de deficiência para conferir inteligibilidade (e controle) à diversidade de situações sociais e de experiências corporais, sensoriais ou intelectuais que transgrediam os modelos de “normalidade” plasmados pelas gramáticas morais e biomédicas vigentes. Ou seja, estabeleceu-se no país um conjunto de saberes e poderes que se apresentaram, sobretudo, na passagem do século XIX para o XX, como uma espécie de “maquinaria normalizadora” que fabricaria as próprias “incapacidades” que pretendeu “curar” por meio do esvaziamento das alteridades colonizadas e pela internalização de múltiplas formas de auto aversão.

Como argumenta Helen Meekosha (2011), hoje conseguimos compreender alguns dos efeitos sociais dessas perspectivas oitocentistas que se enraizaram no imaginário social da primeira metade do século XX e levaram à exclusão de milhões de pessoas com deficiência da própria “condição humana”. No entanto, a análise crítica da ontologia capacitista que organizou os modos hegemônicos pelos quais a deficiência foi interpretada no Sul colonial, e ainda hoje ecoa em certas propostas contemporâneas de intervenção e de reabilitação, nunca foi auto evidente em nossas tradições de pensamento. Pelo contrário, as histórias que contamos atualmente sobre o lugar social das pessoas com deficiência na sociedade brasileira e o modo pelo qual a sua experiência individual permanece sendo atravessada por gramáticas biomédicas que acabaram produzindo a sua própria “deficientização”, começaram a se tornar objeto de intensas disputas políticas e intelectuais, somente nas últimas décadas do século passado. Em particular, a partir da intensificação das lutas, individuais e coletivas, pelos direitos de ocupar espaços públicos, postos de trabalho, matrículas em escolas e universidades, bem como a própria vida social, afetiva e sexual de quem manifesta alguma deficiência.

Nesse movimento, entendemos que a aproximação com a teoria social parece ter sido decisiva, pois ela favoreceu deslocamentos contemporâneos em relação aos saberes biomédicos da deficiência – produzidos, em grande medida, por meio de pontos de vista distanciados, essencializadores, insensíveis e normativos – e ensejando outras maneiras de fomentar a reapropriação por parte das pessoas com deficiência dos próprios estudos a seu respeito. Com a intenção de contribuir para explicitar e aprofundar tais rupturas e recomposições das gramáticas intelectuais que produziram e seguem produzindo conhecimentos acerca da deficiência, nos próximos tópicos deste texto pretendemos recuperar aspectos gerais dos processos de contestação de “modelos médicos” e de construção de “modelos sociais” da deficiência no cenário brasileiro para situar o lugar ocupado pela teoria social na reorganização dos estudos sobre a deficiência.

7 Grifo nosso.

8 Grifo nosso.

9 Grifo nosso.

10 Grifo nosso.

Lutas pelo reconhecimento: as pessoas com deficiência no Brasil

A constituição dos estudos da deficiência nos circuitos intelectuais brasileiros parece estar relacionada com a maneira pela qual a categoria se configurou no debate público da segunda metade do século passado. O que significa dizer que os contemporâneos conhecimentos produzidos a respeito desse marcador identitário plural e em permanente processo de construção nas arenas políticas nacionais e internacionais expressam, em alguma medida, os efeitos das intensas lutas e mobilizações sociais travadas contra ideais capacitistas de “normalidade biológica” (Canguilhem, 2002) – perspectivas estas que prometeram “tratar” e “curar” os corpos deficientizados pelas guerras, epidemias, violências, desigualdades, sexismos, racismos, condições precárias de trabalho, preconceitos e incontáveis formas de rebaixamento social por meio de modelos médicos que simplesmente desconsideravam as experiências sociais e os pontos de vista das próprias pessoas que os habitam.

Em reação a tal “ontologia negativa” da deficiência (Ortega, 2014), ao menos desde meados da década de 1960, diferentes formas de ativismo lideradas política e intelectualmente por pessoas com deficiência começaram a se configurar em variados contextos e latitudes. De acordo com Michael Oliver (1990), esse fortalecimento das pessoas com deficiência à frente da organização de movimentos sociais ao redor do mundo acompanhou a ascensão global das lutas pela postulação de direitos humanos, justiça social, igualdade de oportunidades e acesso à saúde, à educação, ao trabalho, à cidadania e à própria dignidade das populações humanas precarizadas¹¹.

Dessa maneira, foram construídas contranarrativas “defiças”¹² que objetivaram deslocar a hegemonia biomédica na esfera pública das democracias ocidentais e passaram a disseminar outras formas de reconhecimento. Um processo caracterizado pela postulação de éticas fundadas no cuidado (Kit-tay, 1999) – e não em modelos liberais de autonomia e independência –, suscitando a compreensão de que a deficiência não deveria ser encarada como o resultado de uma “limitação” individual a ser “corrigida”, mas como uma consequência das hostilidades e opressões sociais em relação à diversidade humana (Shakespeare, 2010).

No Brasil, como em outros países do Sul Global que tiveram suas sociedades igualmente devastadas e brutalizadas pelos projetos moderno-coloniais de dominação (Lopes, 2019), estratégias localizadas de ativismo estiveram sendo gestadas nesse mesmo período. Como se sabe, coletivos defiças, organizados principalmente por mulheres identificadas com a deficiência (Mello, Nuernberg e Block, 2014), também empreenderam, por aqui, lutas pela universalização de direitos à inclusão e à redistribuição social que contribuíssem para a emancipação das pessoas com deficiência nas mais variadas esferas da vida coletiva (Figueira, 2008; Gesser *et al.*, 2020).

Porém, a estrutura social profundamente desigual, racializada, paternalista e autoritária em que vivemos parece ter produzido deslocamentos significativos em relação às experiências do ativismo no Norte Global. Particularmente, no que se refere à crescente percepção de que a sua atuação não poderia alicerçar-se exclusivamente em uma construção identitária homogênea e estável para a enunciação de um modelo social da deficiência, mas teria que agenciá-la em meio a “pedagogias da diferença” (Skliar, 2003) que conseguissem reeducar e reagregar grupos de pessoas que vivem e se percebem em situações muito diversas.

11 Ao analisar o impacto da atuação desses movimentos a partir da década de 1960, Tom Shakespeare (2006) observa que, tanto em lugares específicos, como na Inglaterra reivindicada pela *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS) ou nas lutas contra o *apartheid* promovidas pela *Disabled People South Africa* (DPSA), quanto nos fóruns internacionais mediados pela Organização das Nações Unidas (ONU), as demandas de coletivos de ativistas *com e pela* deficiência começaram a adquirir cada vez mais força e visibilidade, passando a compor a cena política do século XX.

12 Como sugere Anahí Guedes de Mello (2019, p. 55) para o contexto brasileiro, o termo “defiças” refere-se à abreviação carinhosa de “deficientes”, procurando expressar maneiras plurais de estar no mundo e construir reflexividade a partir dessa experiência outra.

Ao menos esse nos parece ter sido um dos desafios prioritários que os coletivos deficiam precisaram enfrentar durante o que se convencionou chamar de uma transição da “primeira” para a “segunda geração” do modelo social da deficiência (Diniz, 2003). Afinal, quando esses novos atores despontaram num país regulado pelo controle autoritário de uma ditadura militar que se perpetuou no poder entre os anos 1964 e 1985, foi preciso criar políticas plurais de presença, empoderamento e valorização que pudessem confrontar a invisibilidade histórica dos diferentes sujeitos agregados pela categoria *deficiência* e denunciar a negligência estatal em atender as demandas dessa população.

A intenção parece ter sido a de construir certa independência em relação aos setores da Igreja e do Estado que até então os mantiveram silenciados e segregados – sobretudo, por meio de políticas assistencialistas ou caritativas que nunca chegaram a oferecer mais do que uma integração “tutelada” (Crespo, 2009). Desse modo, estratégias de ampla repercussão no período, como a campanha “Década da Reabilitação (1970-1979)”, que reivindicava a ampliação dos centros de reabilitação e das oportunidades educacionais, conseguiram promover no ativismo um movimento de transição da linguagem da filantropia para a dos direitos (Lanna Júnior, 2010).

Essa transformação discursiva acabaria levando variadas associações ou entidades que até aquele momento se ocuparam principalmente de “tipos” específicos de deficiência – tais como a cegueira, a surdez, a deficiência física ou intelectual – a reunirem-se em Brasília, no ano de 1980, com a finalidade de construir uma pauta unificada em torno de uma noção renovada de deficiência (Silva, 2002). Aquele 1º Encontro Nacional, que culminaria no reconhecimento em território nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, promulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1981, conferiu visibilidade ao “movimento político das pessoas com deficiência” enquanto um sujeito coletivo autônomo, consciente, diverso e independente, com legitimidade e representatividade para participar das lutas em favor da redemocratização do país.

Inclusive, segundo Romeu Kazumi Sassaki (2003), pela primeira vez a noção de “pessoa”, em oposição ao termo “inválido”, usualmente empregado pela imprensa da época, figurou como uma expressão pública comum ao conjunto das pessoas com deficiência, conferindo articulação política às diferentes realidades e vulnerabilidades vivenciadas por aquelas pessoas. Assim, no final do século passado, o ativismo de pessoas com deficiência pôde se configurar em ações e concepções cada vez mais agregadoras, reunindo lutas transversais e adotando as experiências com a deficiência como um ponto de vista privilegiado para a formulação de projetos múltiplos de intervenção em um Estado em reconstrução no país (Amorim, 2018).

Esse reposicionamento dos coletivos deficiam converteu o movimento nacional da deficiência em um território político e existencial de disputas, coalizões e de realizações que visavam incluir a diversidade corporal, sensorial e intelectual das populações humanas no processo de ampliação valorativa da esfera pública brasileira que foi desencadeado pela redemocratização do país¹³. Dentre os feitos mais visíveis dessa participação ativa daqueles coletivos na política nacional, esteve a postulação de concepções sociológicas a respeito da deficiência, que passariam a defender a ideia de que o desenvolvimento da categoria poderia representar um ângulo fundamental para a formulação e a implementação das políticas públicas de acessibilidade e inclusão social estabelecidas durante a Assembleia Constituinte de 1987 (Maior, 2017).

A atuação dos coletivos deficiam, que levaria ao descentramento de perspectivas exclusivamente bio-

13 A partir da década de 1990, diferentes atores políticos que configuravam o movimento das pessoas com deficiência no Brasil foram, pouco a pouco, abandonando a noção de “integração social” para assumir uma concepção de “inclusão social” renovada, sobretudo nas arenas educacionais do país (Carniel, 2018a). Tratou-se de uma transformação na compreensão das responsabilidades em relação à exclusão social, ou seja, o crescente entendimento de que não seriam as pessoas que precisariam se adaptar à sociedade para obter sua integração, mas a própria sociedade precisaria se adaptar a essas pessoas, promovendo-lhes acessibilidade, a fim de que assim pudesse se reconhecer como inclusiva (Barnes, 1997).

médicas e à postulação de concepções críticas a respeito da situação das pessoas com deficiência no interior do tecido constitucional dos anos de 1990, não passaria despercebida pela intelectualidade brasileira. Ao longo das duas últimas décadas do século passado, pesquisadores e pesquisadoras de distintas áreas do conhecimento assumiram perspectivas sociológicas críticas a respeito da deficiência enquanto um ponto de vista teórico potencialmente revelador das dimensões socioculturais deste “objeto” de análise em suas investigações.

Em que pese a relativa desarticulação dessas pesquisas em relação à radicalidade com que o modelo social da deficiência já havia assumido em outras redes de trabalho intelectual, sobretudo nos Estados Unidos (Patterson, 2012) e na Inglaterra (Hampton, 2020), essas pesquisas parecem ter desempenhado um papel importante na rotinização de perspectivas sociais sobre a deficiência mais próxima das lutas nacionais e internacionais pelos direitos humanos nos espaços universitários brasileiros.

Perspectivas socioculturais sobre a deficiência na produção acadêmica brasileira

Desde o final da década de 1970, a movimentação gerada pelas lutas antimanicomiais chamou a atenção da intelectualidade brasileira, justamente por ter perturbado as formas “bem-acabadas” pelas quais o pensamento social aprendeu a se relacionar com o binômio saúde-doença e nos ensinou a produzir perversas análises da normalidade para explicar qualquer expressão “anormal” da diferença durante praticamente todo o século XX (Machado *et al.*, 1978). Naquele momento, a ideia de deficiência, fosse ela “física” ou “mental”, como se dizia na época, ainda figurava nos meios acadêmicos como um marcador atribuído por especialistas e não como uma construção política que poderia ser reivindicada com autonomia e ressignificada pelas próprias pessoas socialmente deficientizadas.

Talvez tenha sido em função disso que aquelas lutas pela transformação das práticas e concepções sobre a “loucura” em nosso país tenham tardado quase quatro décadas para se reaproximar dos estudos da deficiência e construir outras agendas políticas e analíticas para afirmar a neurodiversidade como uma dimensão biossocial constitutiva da condição humana (Surjus e Campos, 2014). Por outro lado, provavelmente nem estaríamos conversando sobre deficiência psicossocial ou psiquiatrização do social, na academia brasileira, se o movimento antimanicomial não tivesse denunciado com veemência o caráter autoritário, discriminatório, mercantil e opressor do modelo hospitalocêntrico de tratamento das pessoas estigmatizadas pela “loucura” que foi instalado pela ditadura militar brasileira (Amarante, 1995).

No bojo desse processo de lutas, configurou-se, nos anos de 1980 e 1990, um campo acadêmico multidisciplinar em torno da “saúde mental” que reuniu trabalhos como os da antropóloga e professora da USP, Denise Dias Barros (1994: 23), interessada em “incluir a questão psiquiátrica como parte das questões sociais em geral, de fazê-la saltar para fora dos muros do saber médico-psicológico”. Esforços como esse parecem ter contribuído para que, pouco a pouco, a intelectualidade brasileira começasse a participar politicamente da crítica ao que Francisco Ortega (2008: 490) já chamou de “paradigma do sujeito cerebral”; ou seja, “a crença de que o cérebro é a parte do corpo necessária para sermos nós mesmos, no qual se encontra a essência do ser humano, ou seja, a identidade pessoal entendida como identidade cerebral”.

Essas críticas ao modelo médico-psicológico contribuíram não apenas para difundir obras importantes tanto para a teoria social contemporânea quanto para os estudos da deficiência – como as de Erving Goffman (1988) ou de Michel Foucault (2001), reconhecidas por denunciar as múltiplas formas de opressão exercidas contra a “anormalidade” por parte de dispositivos institucionais –, mas também para demonstrar o impacto positivo que a valorização das perspectivas e do protagonismo das pessoas com deficiência poderia exercer sobre o pensamento social brasileiro. Nesse sentido, os trabalhos desenvolvidos na passagem da década de 1980 para 1990 pela psicóloga, professora e ex-Reitora da UERJ, Rosana Glat, talvez possam ser lidos como uma expressão exemplar.

Em uma de suas principais obras, intitulada “Somos iguais a você: depoimentos de mulheres com

deficiência mental”, Glat (1989) concentrou-se na percepção de trinta e cinco mulheres com deficiência mental¹⁴ acerca de si, da sexualidade, dos afetos e da família. Ao analisar as narrativas e as trajetórias dessas mulheres, a autora apontou para a necessidade de se refletir sobre fenômeno da deficiência a partir das próprias experiências oferecidas por quem a experimenta *com* seu corpo. Desse modo, ela pôde construir um lugar privilegiado em sua investigação para uma demanda histórica dos coletivos deficiários: a valorização de sua presença no mundo.

Nesse caso, mais do que de sugerir certa igualdade formal entre “deficientes” e “não deficientes”, o trabalho de Glat revelou os múltiplos atravessamentos entre história de vida, gênero e classe social na formação social e subjetiva das pessoas então identificadas pelo signo da deficiência “mental”. Assim, ela conseguiu chamar a atenção da Psicologia brasileira para o fato de que, ao estudar a deficiência, os “fatores socioeducacionais” e os não congênicos seriam “os principais determinantes de seu funcionamento global” (Glat, 1989: 22). Essa investigação, considerada até hoje como um gesto precursor em direção aos contemporâneos estudos sobre deficiência no Brasil (Mello, Block e Nuernberg, 2016), já anunciava em vários aspectos a reviravolta discursiva que a recepção dos modelos sociais britânicos e norte-americanos suscitariam sobre a cena intelectual do país nas primeiras décadas do século XXI.

Outra pesquisadora daquele período cuja produção teórica contribuiu significativamente para a legitimação de perspectivas socioculturais acerca da deficiência na área da Psicologia Social foi a psicóloga e professora da USP, Lígia Assumpção Amaral. Na condição de mulher com deficiência física, Amaral (1987) iniciou sua trajetória acadêmica refletindo acerca de suas próprias experiências com seu corpo, com as “barreiras atitudinais” e com as diversas formas de segregação que lhe foram impostas pela percepção social a respeito de sua situação corporal. Preocupada com a maneira pela qual as representações sociais afetam negativamente a autopercepção das pessoas com deficiência, Amaral (1992) dedicou-se, em sua tese de doutorado, ao universo literário infantil. Essas histórias que nos são contadas desde a infância, conforme analisa a autora, estariam participando da construção de imaginários culturais que estigmatizam os “corpos desviantes”, bem como perpetuariam a recusa da diferença na formação humana.

Trabalhos como os de Glat e Amaral indicam algumas das formas de cooperação que se configuraram entre o ativismo e a produção de conhecimentos sobre a deficiência no final do século passado. Por um lado, essas pesquisas parecem ter sido influenciadas pelas lutas empreendidas pelo movimento político das pessoas com deficiência em favor da cidadania, da dignidade e de autonomia e independência. Ao mesmo tempo, elas recuperaram tradições teóricas e sugeriram caminhos empíricos a partir da Psicologia Social, que influenciariam o desenvolvimento de outras narrativas públicas que enfocaram novas camadas de experiência subjetiva para a construção da identidade política e ação social das pessoas com deficiência.

No interior do campo discursivo da educação especial brasileira, outras visões socioculturais do fenômeno da deficiência também se desenvolveram com força durante esse mesmo período. Em diálogo com as profundas reformas na educação especial que se iniciaram na década de 1990 (Garcia e Michels, 2011), assim como a influência que os escritos de Lev Vygotsky passariam a exercer sobre a produção científica na educação brasileira (Freitas, 2004), diversos pesquisadores e pesquisadoras da área puderam destacar o caráter socialmente construído, subjetivo e localizado da deficiência (Cavalcante, 2003; Nuernberg, 2008).

Essas mudanças heurísticas na compreensão da educação de pessoas com deficiência parecem ter

14 Com a promulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), o que era antes pensado conceitualmente como “deficiência mental” passou a ser “deficiência intelectual”, sendo que a “deficiência mental” hoje se refere à loucura, também chamada “deficiência psicossocial”.

contribuído para a rejeição das inúmeras formas de redução que as explicações biomédicas impunham às práticas educacionais, o que indicava uma transformação significativa na organização dessa área, historicamente criada para produzir saberes que possibilitassem o controle e o agenciamento dos corpos e das vidas deficientizadas (Carniel, 2013). Assim, desde a educação especial, abriu-se um imenso território ao ativismo acadêmico. A partir dele foi possível a afirmação desse marcador identitário enquanto efeito de se conviver com algum tipo de deficiência em uma sociedade diversa, desigual e segregada pelas barreiras “físicas”, “comunicacionais”, “sociais” e “atitudinais” que nunca permitiram às pessoas com deficiência uma inclusão plena e justa (Mazzotta, 1996).

Nesse sentido, os trabalhos de Sadao Omote, então professor da UNESP, talvez tenham sido alguns dos mais representativos dessas transformações na educação especial brasileira. Ao indagar os motivos que levariam à associação entre diferenças e desvantagens no processo educacional, as primeiras investigações de Omote (1986) direcionaram-se para a crítica da secundarização do fenômeno da deficiência e da própria área da educação especial nas teorias pedagógicas do século XX, um cenário que somente seria alterado por meio das intensas mobilizações nacionais e internacionais em favor do modelo de educação inclusiva que se estabeleceria no Brasil durante a década de 1990.

Conforme o autor, essa ênfase na normalidade biológica durante os processos de estudo e de formulação de políticas educacionais teria provocado o apagamento do caráter constitutivo das diferenças humanas e desconsiderado a complexidade das relações entre natureza e cultura na formação biopsicossocial de estudantes – afinal, para Omote (2006: 253) “o homem é naturalmente cultural e culturalmente biológico”. Desse modo, ele observa que a questão de *ser* ou *não ser* uma pessoa com deficiência costuma representar um problema mal construído pela teoria social e pedagógica brasileira, pois ambas as categorias de sujeito formam o mesmo “tecido-padrão” em que vivemos. Por isso mesmo, as pessoas estigmatizadas por sua deficiência não deveriam ser encaradas como “exceções da normalidade, mas fazem parte integrante e indissociável da sociedade” (Omote, 1994: 69).

Paralelamente a esses investimentos na enunciação da deficiência como uma figura complexa de múltiplos atravessamentos entre o social, o sensorial e o corporal presentes na aprendizagem humana, outra comunidade epistêmica se estabeleceu em torno da língua brasileira de sinais para reivindicar a “normalidade” de suas maneiras específicas de aprender e de se comunicar. Sob a influência dos estudos surdos norte-americanos (Sacks, 1990), intelectuais como Ronice Müller Quadros, linguista e professora da UFSC, e Carlos Bernardo Skliar, filósofo e pedagogo argentino que atuava no Brasil, investiram esforços acadêmicos e políticos para criar um lugar relativamente autônomo no interior da educação especial. Desse modo, participaram ativamente da construção política da surdez como uma expressão cultural da diversidade humana que não estaria demandando mais do que os seus próprios direitos linguísticos.

Os estudos sobre a língua brasileira de sinais iniciaram-se no final da década de 1980 (Ferreira-Brito, 1995) e rapidamente conseguiram oferecer elementos suficientes para a formulação das primeiras teorias acerca da semelhança entre os processos de aquisição entre pessoas surdas e oralizadas (Karnopp, 1994; Quadros, 1997). Tal reconhecimento acadêmico propiciou a construção política de uma comunidade de interesse para as pessoas surdas usuárias da língua de sinais, a partir da qual concepções de “povo”, “cultura” e “identidade” foram acopladas. Desse modo, a surdez passou a ser representada como uma manifestação do que Skliar (1998: 11) descreveu como “uma diferença a ser politicamente reconhecida”, “uma experiência visual”, “uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez está localizada dentro do discurso sobre a deficiência”.

Em que pesem as inúmeras controvérsias e tensões estabelecidas entre a atuação do movimento surdo e do movimento de pessoas com deficiência, em particular aquelas que opõe o “sujeito surdo” à “deficiência auditiva”, parece evidente que o ativismo acadêmico em torno da língua de sinais contribuiu para ressignificar o lugar que as pessoas com deficiência começariam a ocupar no imaginário social e educacional do país. Uma mudança que provocaria a própria promulgação da “Lei da Libras”, em 2002, e das políticas de bilinguismo a partir de 2005 (Carniel, 2018b).

Ao apresentar os contornos gerais dessas redes especializadas de trabalho intelectual que se formaram na interface dos campos da saúde e da educação, não temos a pretensão de sugerir que essas iniciativas teriam sido mais relevantes do que outras, mas unicamente ressaltar que elas puderam se estabelecer com e a partir do ativismo de pessoas com deficiência nas últimas décadas do século XX. Esses “antecedentes” (Mello *et. al.*, 2016) históricos da emergência de perspectivas socioculturais acerca do fenômeno da deficiência talvez nos ajudem a compreender que, apesar da relativa “novidade” representada pelas tentativas recentes de se fomentar um campo nacional de estudos da deficiência, o pensamento social brasileiro contribuiu para desenvolver diferentes formas de ativismo acadêmico. Um movimento que parece ter sido decisivo tanto para a gestão de alternativas críticas ao reducionismo da hegemonia biomédica sobre a vida das pessoas com deficiência quanto para preparar o salto conceitual que seria promovido nessas investigações após a recepção do modelo biopsicossocial consagrado pela nova “International Classification of Functioning, Disability and Health”, publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2001.

Convergências necessárias, ocupar a teoria para ocupar o corpo

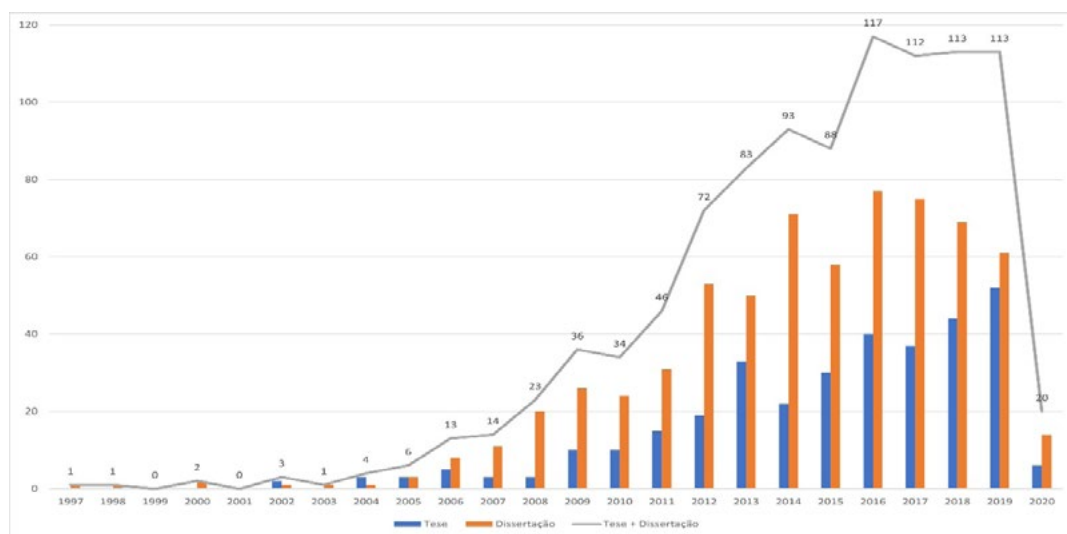
A enorme repercussão que a adoção do modelo biopsicossocial da deficiência proposto pela OMS obteve nos circuitos acadêmicos e institucionais brasileiros (Diniz, Medeiros e Squinca, 2007), somada às conquistas políticas que o ativismo defixa vem alcançando na esfera pública do país (Guigliano, Mendes e Stein, 2020), influenciaram decisivamente o estabelecimento de novas comunidades epistêmicas dedicadas ao fenômeno. Para isso, os trabalhos da antropóloga e professora da Universidade de Brasília (UnB), Débora Diniz (2003; 2007; 2013), parecem ter desempenhado um papel fundamental. Isso porque seus escritos a respeito do tema funcionaram como uma espécie de marco introdutório para a disseminação de concepções teóricas articuladas aos desenvolvimentos contemporâneos das lutas internacionais contra a opressão e pela dessencialização das desigualdades vivenciadas pelas pessoas com deficiência ao redor do planeta.

Tais concepções foram incorporadas às reflexões de Diniz, sobretudo, a partir de 2002, quando a pesquisadora e então diretora da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, sediada em Brasília, retornou de um curso de três semanas oferecido por Eva Feder Kittay e Anita Silvers no *National Endowment for the Humanities Institute*, em Nova York. Em contato com perspectivas de matriz feminista sobre a deficiência, ela pôde reconhecer não somente as profundas afinidades entre gênero e deficiência, como também suas principais dissonâncias políticas e analíticas. Ao levar a sério os papéis de gênero e as práticas de cuidado vivenciadas tanto por mulheres com deficiência quanto por cuidadoras, Diniz percebeu que premissas centrais que organizaram a atuação da primeira geração de intelectuais que militaram pelo modelo social da deficiência, particularmente no eixo euro-norte-americano das décadas de 1970 e 1980, estiveram alicerçadas em valores éticos identificados com ideais de autonomia e integração no mundo do trabalho.

A circulação dessas críticas feministas na academia brasileira (Mello e Nuernberg, 2012) possibilitou reapropriações do modelo biopsicossocial da deficiência postulado pela OMS. Como observa Diniz (2003: 6), ao lado das lutas por direitos, empoderamento, inclusão social e por uma vida independente, a recepção dos estudos feministas sobre a deficiência favoreceu a enunciação da “centralidade da dependência nas relações humanas, no reconhecimento das vulnerabilidades (...) e, por fim, nas repercussões dessas obrigações morais em nosso sistema político e social.” Assim, por meio das lentes da autora, cada vez mais pesquisadores e pesquisadoras teriam acesso, em língua portuguesa, a debates que reforçavam a complexidade biopsicossocial e relacional do fenômeno da deficiência, passando a adotar ferramentas analíticas semelhantes àquelas que as teorias sociais aprenderam a mobilizar para investigar “outras formas de opressão pelo corpo, como o sexismo ou o racismo” (Diniz, 2007: 8).

O impacto dessas perspectivas que pretenderam adensar o papel da corporalidade, da interdependência, da transversalidade e da interseccionalidade na cena intelectual brasileira por meio da pluralização dos diálogos, experiências e sujeitos da deficiência ainda é recente, mas a sua influência na formação da atual geração de pesquisadores e pesquisadoras que se dedica ao tema já é visível. Na figura 1 é possível observar o crescimento exponencial do interesse pelo campo de estudos da deficiência em teses e dissertações defendidas entre os anos de 1997 e 2020 junto aos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior no país. O levantamento de dados foi realizado em janeiro de 2021, com base em informações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A partir da busca pelo termo “*disability studies*”, foram localizados 995 trabalhos vinculados a diferentes áreas do conhecimento.

Figura 1 – Teses e Dissertações brasileiras relacionadas aos disability studies (1997-2020)



Fonte: elaborada pelos autores em 05/01/2021, com base em informações disponíveis na BDTD.

Toda essa movimentação intelectual provavelmente foi impulsionada pela rápida incorporação da *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* ao ordenamento jurídico nacional, publicada em 2009, com seus efeitos na reestruturação de políticas públicas. Contudo, a exemplo do que Pamela Block, Devva Nasnitz, Akemi Nishida e Nick Pollard (2016: 4) observam para o contexto norte-americano, entendemos que a consolidação de um campo nacional de estudos da deficiência depende do aprofundamento de alianças duradouras entre a política acadêmica e a das ruas em direção a um processo de mútua ocupação que “reconheça as dimensões políticas e econômicas da desigualdade na deficiência, visto que ela se cruza com outras fontes de desigualdade”. Desse modo, ao nos ocuparmos e nos deixarmos ser ocupados pela deficiência, talvez possamos compreender algo sobre nós mesmos enquanto pesquisadores e pesquisadoras que modificarão o entendimento acerca do “normal” que nutrimos a respeito de nossas próprias áreas de atuação.

Nesse sentido, e sem pretender reduzir a plasticidade, a pluralidade e a riqueza de perspectivas heurísticas que esses trabalhos vêm proporcionando à pesquisa científica no Brasil – contribuições que certamente demandarão esforços analíticos mais robustos e focados –, talvez seja importante destacar, ainda que brevemente, que a recente valorização dos estudos da deficiência de matriz feminista abriu espaços para o protagonismo de intelectuais com deficiência. O que parece indicar que o reconhecimento da deficiência, enquanto um fenômeno sociocultural e um *locus* de enunciação relevante para a formulação de novos horizontes políticos e societários, acabou gerando uma ampliação valorativa

na própria gramática e organização do pensamento social brasileiro. Afinal, ao invés de se reificar a tradicional posição de “objetos” de investigação e reflexão, temos visto certo consenso acadêmico em torno da percepção de que, para abordar esse fenômeno como um ângulo fundamental de análise do social, será necessário incluir cada vez mais pessoas com deficiência na vida intelectual do país.

Esses conhecimentos que se produzem no diálogo com pessoas que vivenciam a deficiência a partir de seus corpos vêm se tornando expressivos nas Ciências Sociais brasileiras. São trabalhos como o da antropóloga e diretora do Instituto Baresi, Adriana Dias (2018), que etnografou as sistemáticas práticas de ódio como o centro da vida social e da noção de pessoa sustentada por movimentos neonazistas contemporâneos. Desse modo, a pesquisadora e ativista denuncia a preocupante atualização das afinidades entre as ideologias da eugenia e do capacitismo em suas práticas de violência e de rebaixamento social. Ou ainda, trabalhos como o do sociólogo e atual coordenador do Comitê de Políticas de Acessibilidade e Deficiência da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Marco Antonio Gavério (2017), que mobilizou o próprio corpo e a subjetividade para demonstrar a proficuidade da experiência corporificada da deficiência na criação de categorias científicas de desejo pela deficiência, contribuindo para a radicalização de nossas maneiras de perceber e nos relacionarmos com as múltiplas camadas de práticas e significados que compõe a experiência pessoal e coletiva de tantos grupos sociais vulnerabilizados.

Nesses casos, como em outros, a deficiência figura como uma categoria relacional, processual, mas nunca essencial. Por isso mesmo, ela representa mais do que a aparição de um novo campo de investigação no Brasil. Conforme já dito, tais estudos sugerem maneiras renovadas de se compreender, vivenciar e se relacionar com o pensamento social. Isso porque, a partir do momento em que consideramos com seriedade a experiência de pessoas com deficiência – que lemos seus textos, dialogamos com suas perspectivas, estudamos e participamos do mundo “com” essas pessoas –, iniciamos um movimento que poderá redimensionar o modo pelo qual entendemos a alteridade, as assimetrias, as relações, os corpos, os desejos, as percepções, o conhecimento, enfim, os próprios significados que atribuímos à nossa humanidade.

Trata-se de uma atitude que representa, em alguma medida, provincializar as tradições intelectuais estabelecidas e assumir que as teorias sobre o social são necessariamente parciais, locais, existenciais, corporificadas e engajadas em determinados projetos de prática e de poder que precisam ser escrutinadas por meio da desessencialização das supostas “normalidades” que “deveriam” habitar nossas vidas. Assim, quem sabe, possamos reaprender a vivenciar o social desde pontos de vista mais abertos, que nos permitam articular interpretações menos capacitistas e, portanto, formular um futuro melhor para todas as pessoas.

Referências

AMARAL, Lúcia Assumpção. *Resgatando o passado: deficiência como figura e vida como fundo*. 1987. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1987.

AMARAL, Lúcia Assumpção. *Espelho Convexo: o corpo desviante no imaginário coletivo, pela voz da literatura infante-juvenil*. 1992. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 1992.

AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. *Loucos Pela Vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995. AMORIM, Joyce Fernanda Guilanda de. *Pessoas com Deficiências na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): reivindicações no campo educacional*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2018.

BARNES, Colin. “A Legacy of Oppression: A History of Disability in Western Culture.” In: BARTON, Len; OLIVER, Mike. (Eds.). *Disability Studies: Past, Present and Future*. Leeds: The Disability Press, 1997, p. 3-24.

- BARROS, Denise Dias. *Jardins de Abel: desconstrução do manicômio de Trieste*. São Paulo: Lemos, 1994.
- BLOCK, Pâmela; KASNITZ, Devva; NISHIDA, Akemi Nishida; POLLARD, Nick. (Eds.). *Occupying Disability: Critical Approaches to Community, Justice, and Decolonizing Disability*. Springer: Dordrecht, 2016.
- BOSI, Alfredo. "O positivismo no Brasil: Uma ideologia de longa duração". In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no Século XIX. O Espetáculo da Pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CAMPBELL, Fiona Kumari. *Contours of Ableism: the production of disability and abledness*. New York: Palgrave Mcmillan, 2009.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CARNIEL, Fagner. *A invenção (pedagógica) da surdez: sobre a gestão estatal da educação especial na primeira década do século XXI*. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- CARNIEL, Fagner. Agenciar palavras, fabricar sujeitos: sentidos da educação inclusiva no Paraná. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 24, n. 50, Apr. 2018a, p. 83-116.
- CARNIEL, Fagner. A reviravolta discursiva da Libras na educação superior. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 23, e230027, 2018b.
- CARPENTER, Mary Wilson. *Health, medicine, and Society in Victorian England*. Califórnia: Praeger, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. *Pessoas Muito Especiais: a construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.
- CRESPO, Ana Maria Morales. *Da invisibilidade à construção da própria cidadania: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vidas de seus líderes*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2009.
- DAVIS, Lennard J. *Enforcing Normalcy: Disability, Deafness, and the Body*. London: Verso, 1995.
- DIAS, Adriana Abreu Magalhães. *Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, 2018.
- DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. *Série Anis*, v. 28, p. 1-8, jul. 2003.
- DINIZ, Debora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- DINIZ, Debora. Deficiência e Políticas Sociais? Entrevista com Colin Barnes. *SER SOCIAL*, v. 15, n. 32, jan. 2013, p. 237-251.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; SQUINCA, Flávia. Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, out. 2007, p. 2507-2510.
- FERREIRA-BRITO, Lucinda. *Por uma gramática das línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- FIGUEIRA, Emilio. *Caminhando em Silêncio: uma introdução à trajetória da pessoa com deficiência na história do Brasil*. São Paulo: Giz Editorial, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. O pensamento de Vygotsky nas reuniões da ANPED (1998-2003). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, abr. 2004, p. 109-138.
- GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 17, n. spe1, ago. 2011, p. 105-124.
- GAVÉRIO, Marco Antonio. *Estranha atração: a criação de categorias científicas para explicar os desejos pela deficiência*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, 2017.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. “Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social.” In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa L. K; LOPES, Paula Helena (Orgs.). *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social*. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 17-35.

GLAT, Rosana. *Somos Iguais a Vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: AGIR, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo: LTC, 1988.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro; MENDES, Thais Zanela; STEIN, Guilherme de Queiroz. Políticas públicas e direitos das pessoas com deficiência no Brasil (1988-2016). *Campos Neutrais – Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*, v. 2, n. 1, jan. 2020, p. 9-23.

HAMPTON, Jameel. Peace News and Radical Disability Writing in 1970s Britain: Perceptions of Welfare and the Welfare State. *Disability Studies Quarterly*, v. 2, n. 40. 2020.

KARNOPP, Lodenir Becker. *Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da língua de sinais brasileira: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.

KITTAY, Eva Feder. *Love’s Labor: Essays on Women, Equality and Dependency*. New York: Routledge, 1999.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, Pedro. Deficiência como categoria do Sul Global: primeiras aproximações com a África do Sul. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 27, n. 3, Epub Nov, 2019.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. *Inclusão Social*, Brasília, v. 10, n. 2, jan. 2017, p. 28-36.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

MEEKOSHA, Helen. Decolonising disability: thinking and acting globally. *Disability & Society*, v. 26, n. 6, Sep. 2011, p. 667-682.

MELLO, Anahí Guedes de. *Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

MELLO, Anahí Guedes de; BLOCK, Pamela; NUERNBERG, Adriano Henrique. “Occupying Disability Studies in Brazil”. In: BLOCK, Pamela; KASNITZ, Devva; NISHIDA, Akemi Nishida; POLLARD, Nick (Eds.). *Occupying Disability: Critical Approaches to Community, Justice, and Decolonizing Disability*. Springer, Dordrecht, 2016, p. 279-293.

MELLO, Anahí Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique; BLOCK, Pamela. “Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo.” In: SCHIMANSKI, Edina; CAVALCANTE, Fátima G. (Orgs.). *Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares*. 1 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. pp. 91-118.

MELLO, Anahí Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 3, Dec. 2012, p. 635-655.

MELLO, Anahí Guedes de. ‘Ou todo mundo é louco ou ninguém é!’: refletindo sobre possibilidades de articulação entre deficiência e loucura. *Vivência: Revista de Antropologia*, n. 44, p. 37-52, 2014.

NUERNBERG, Adriano Henrique. Contribuições de Vigotski à educação de pessoas com deficiência visual. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.13, n. 2, jun. 2008, p. 307-316.

- OLIVER, Michael. *The Politics of Disablement*. London: Macmillan, 1990.
- OMOTE, Sadao. Estereótipos a respeito de pessoas deficientes. *Didática*, São Paulo, v. 22, 1986, p. 167-180.
- OMOTE, Sadao. Deficiência e Não Deficiência: recortes do mesmo tecido. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba, v. 1, n. 2, 1994, p.65-73.
- OMOTE, Sadao. Inclusão e a questão das diferenças na educação. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 3, ed. esp. 2006, p. 251-272.
- ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, Oct. 2008, p. 477-509.
- ORTEGA, Francisco. *Corporeality, Medical Technologies and Contemporary Culture*. New York: Routledge, 2014.
- PATTERSON, Lindsey. Points of Access: Rehabilitation Centers, Summer Camps, and Student Life in the Making of Disability Activism, 1960-1973. *Journal of Social History*, v. 2, n. 46, Dec. 2012, p. 473-499.
- QUADROS, Ronice Müller. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.
- SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- SASSAKI, Romeu K. *Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos; reabilitação, emprego e terminologia*. São Paulo: RNR, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.
- SHAKESPEARE, Tom. *Disability Rights and Wrongs*. New York: Routledge, 2006.
- SHAKESPEARE, Tom. "The Social Model of Disability." In: DAVIS, Lennard J. *The Disability Studies Reader*. New York: Routledge, 2010, p. 197-204.
- SKLIAR, Carlos Bernardo. *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- SKLIAR, Carlos Bernardo. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SILVA, Idari Alves da. *Construindo a cidadania: uma análise introdutória sobre o direito à diferença*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2002.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SURJUS, Luciana Togni de Lima e Silva; CAMPOS, Rosana Teresa Onocko. Interface entre Deficiência Intelectual e Saúde Mental: revisão hermenêutica. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 48, n. 3, June 2014, p. 532-540.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Recebido em: 27/07/2021

Aprovado em: 27/08/2021

Como citar este artigo:

CARNIEL, Fagner e MELLO, Anahí Guedes de. Quem escreve pela deficiência no pensamento social brasileiro? *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 490-505.